

## Notas sobre “Escola sem partido”

Lalo Watanabe Minto (FE/Unicamp),  
Fabiana de Cássia Rodrigues (FE/Unicamp) e  
Jeferson Anibal Gonzalez (IFSP/Campinas)

### Apresentação

Surgido em 2004, o Projeto *Escola Sem Partido (ESP)* foi idealizado pelo advogado Miguel Nagib e que, ao longo dos últimos anos, contou a colaboração de dois deputados de direita, os irmãos Flávio e Carlos Bolsonaro. Nos últimos anos, com o acirramento da crise econômica e a crescente instabilidade política, suas ideias se fortaleceram. A partir de 2014, o ESP passou a influenciar projetos de lei (PL) em âmbito municipal, estadual e federal, tendo atualmente 11 PLs em tramitação nos estados. Na Câmara dos Deputados tramita o PL 867/2015<sup>1</sup>, apensado ao PL 7180/2014, de autoria do deputado Erivelton Santana (PSC/BA), ao passo que, no Senado, está em tramitação o PLS n. 193/2016.

Os proponentes do ESP partem da premissa de que ocorre nas escolas públicas uma “doutrinação ideológica de esquerda”, contra a qual o poder público deveria se opor por meio de impedimento legal e controles ao trabalho dos/as professores/as. Noutras palavras, sua estratégia é “inventar” uma escola que não existe nem nunca existiu – espaço por excelência do proselitismo político de esquerda, antirreligioso, de promoção das frentes mais avançadas das lutas sociais pela igualdade em questões como gênero e sexualidade.

Não é necessário dizer que os proponentes do ESP desconhecem a realidade das escolas públicas brasileiras. Estas, com sua heterogeneidade ideológica, política e religiosa, sua infraestrutura precária, submetidas a pressões privatistas/mercantilistas, enfrentando escassez sistemática de recursos financeiros e convivendo com condições inadequadas de trabalho dos/as professores/as, são instituições distantes de qualquer possibilidade de autonomia efetiva. Quiçá de um projeto político favorável a ideias de esquerda, haja vista os muitos controles a que o trabalho didático-pedagógico é submetido.

---

<sup>1</sup> De autoria do deputado Izalci (PSDB/DF). Os PLs 7180/2014 e 867/2015 obtiveram parecer favorável do Deputado Diego Garcia (PHS/PR), na Comissão de Educação da Câmara: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1338676&filename=Tramitacao-PRL+2+CE+%3D%3E+PL+7180/2014](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1338676&filename=Tramitacao-PRL+2+CE+%3D%3E+PL+7180/2014)

Esse falseamento da realidade da escola, porém, é um ponto de partida estratégico para difundir os propósitos reacionários do ESP. Não expressa sua ignorância, embora eles, de fato, o sejam em relação a problemas educacionais. Por meio desse falseamento, os PLs 7180/2014 e 867/2015 vão ao encontro de outras tendências da política educacional brasileira dos últimos anos, em que pesem as propostas de esvaziamento do ensino e de seus conteúdos (por proibir o que é ‘político’ ou por indicar que ‘não há verdade’), a tendência de intensificação dos instrumentos de controle sobre o trabalho docente (por exigência de ‘produtividade’), as noções superficiais que desistoricizam o sujeito-educando (por valorizar sua individualidade “moral” ou por conceber uma aprendizagem como produto *natural* e direto de sua condição vital). Trata-se, assim, de um projeto deliberadamente construído na base da desqualificação sistemática da escola e dos seus profissionais.

Neste quadro o ESP é muito coerente com outros projetos como o da famigerada PEC 241/2016, com impactos diretos e irreversíveis sobre o conjunto da classe trabalhadora brasileira, em especial naquele setor do funcionalismo – já bastante precarizado – ligado à escola pública. Reforça, ainda, o processo “militarização” das escolas, experimentada em alguns estados brasileiros, com destaque para Goiás, e a recente proposta de medida provisória para reformar o ensino médio, com viés aligeirante e tecnicista.

A crise da educação atual se expressa num aprofundamento da histórica dualidade no ensino brasileiro (característico de toda sociedade de classes). Aliás, no ambiente histórico e cultural da chamada pós-modernidade, projetos como o ESP, que tem como eixo a descaracterização do ensino como lugar de socialização e de inserção no mundo pela via do conhecimento, configuram-se como expressão contemporânea da barbárie capitalista, que se torna ainda mais regressiva no contexto da crise. Estamos diante da tentativa de construir uma escola mais adequada aos propósitos dos ajustes estruturais demandados pela ordem capitalista global: do ataque aos direitos sociais à inviabilização da escola como *locus* da ciência e sua difusão, já que isso demanda justamente aquilo que o ESP quer interditar: o questionamento da realidade e de suas múltiplas dimensões.

Parece-nos que projetos como o ESP exacerbam uma das faces do conservadorismo contemporâneo, que mantém sua base liberal/neoliberal, pois ideologia vinculada aos interesses do capital e da sua acumulação, mas sem as

roupagens necessárias das fases em que a ideologia dominante busca hegemonia. Temas como liberdade de pensamento, liberdade de cátedra e autonomia institucional são submetidos ao crivo dos interesses dominantes, o que lhes enquadra nos limites do privado, bem como da moral individual. Assim, ao mesmo tempo em que são travestidos de “interesses sociais”, “populares”, vinculam-se quase sempre à ideologias religiosas, distanciando-se de qualquer esfera pública, em desacordo com mínimos civilizatórios laicos e democráticos.

Enfim, o ESP eleva ao extremo a noção de que *não há alternativas* aos projetos dominantes, sem sequer se dar ao luxo de se apresentar como *melhor*, bastando que seja aceito como alternativa à suposta doutrinação esquerdista existente. Uma escola falseada, ideologicamente mobilizada como *locus* da perversão política (= partidária), religiosa e moral, mas que não coloca em questão os seus reais problemas (infraestrutura, formação de professores/as, falta de recursos, violência, baixos salários, etc.).

Esse dossiê foi elaborado coletivamente, a partir de uma seleção de fontes disponíveis livremente na internet. São artigos acadêmicos ou não, entrevistas, matérias da imprensa alternativa, textos publicados em blogs, manifestos e moções de entidades e organizações, tendo em comum o fato de que todos, sem exceção, têm tido posições veementes contra o intitulado projeto “Escola sem partido”. E como em todo levantamento que envolve escolhas, pode deixar muitas lacunas e, também, abrir caminhos. Num contexto de forte conservadorismo, nossa expectativa é que o dossiê favoreça essa segunda opção, fortalecendo as lutas pela educação pública.

Não havendo dúvida de que o processo de formação humana não é neutro, e de que a educação é determinada pela sociedade de classes e seus interesses antagônicos, “[...] seu entrelaçamento com as lutas de classes não é apenas uma ‘triste imperfeição’ da história, pois a luta de classes é um instrumento, até o presente, necessário para o desenvolvimento social”.<sup>2</sup> Trata-se, então, de reunir as forças necessárias – políticas e ideológicas – para enfrentar o avanço sem freios das forças do capital que, em contextos de forte reação conservadora, reforçam a máxima capitalista da produção de riqueza como um fim em si mesma e impactam a educação de forma decisiva, tentando realizar

---

<sup>2</sup> LEHER, Roberto. Educação Popular como estratégia política. In: JEZINE, E.; ALMEIDA, M. DE L. P. de (Org.). *Educação e Movimentos Sociais*. 2. ed. Campinas: Alínea, 2010. p. 22.

aquilo que István Mészáros identificava como mecanismos de “internalização”, sobretudo o de que vivemos sob uma ordem imutável (a fim de perpetuá-la).

Sendo o ESP mais uma dessas tentativas de alinhamento do campo educacional aos interesses imediatos do capital, a luta contra suas proposições torna-se essencial. E nada mais conveniente, nesse sentido, do que reafirmar o caráter político necessário da escola, da tomada de partido dos/as educadores/as em relação aos problemas e conflitos sociais de seu tempo, de forma a permitir que na escola – mas não apenas nela, o que sempre será insuficiente – se possa também explicitar o significado e os fundamentos de uma lógica de organização social que se baseia na exploração da força de trabalho de muitos por uma pequena classe. Que a premissa do “direito natural” a uma formação moral e religiosa, reivindicada pelos propositores do ESP, não venha a inviabilizar a difusão do conhecimento (no limite, da ciência) como fundamento do ensino.

Lalo Watanabe Minto – Faculdade de Educação / Unicamp  
Jeferson Anibal Gonzalez – Instituto Federal de São Paulo / Campinas  
Fabiana de Cássia Rodrigues – Faculdade de Educação / Unicamp